



CONSELHO NACIONAL
PROCURADORES-GERAIS
MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPG – 20/06/2013
ATA 11/2013

2
3
4
5 Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, às 9 horas, na Sala de Reuniões da
6 Procuradoria-Geral do Ministério Público Estado de Sergipe, Aracaju - SE, em Reunião Ordinária do
7 Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União,
8 estiveram presentes os Excelentíssimos(as) Senhores(as) Doutores: Patrícia Rêgo, Procuradora-
9 Geral de Justiça do Acre; Sérgio Jucá, Procurador-Geral de Justiça de Alagoas; Ivana Lúcia Franco
10 Cei, Procuradora-Geral de Justiça do Amapá; Francisco das Chagas Santiago da Cruz, Procurador-
11 Geral de Justiça do Amazonas; Alfredo Ricardo de Holanda Cavalcante Machado, Procuradora-
12 Geral de Justiça do Ceará; Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do
13 MPDFT; Catarina Cecin Gazele, representando Éder Pontes da Silva, Procurador-Geral de Justiça
14 do Espírito Santo; Lauro Machado, Procuradora-Geral de Justiça de Goiás; Marcelo Ferra de
15 Carvalho, representando Paulo Jorge do Prado, Procurador-Geral de Justiça do Mato Grosso;
16 Jorge de Mendonça Rocha, representando Marcos Antônio Ferreira, Procurador-Geral de Justiça
17 do Pará; Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral de Justiça da Paraíba e Presidente do
18 CNPG; Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça do Paraná; Aguinaldo Fenelon, Procurador-
19 Geral de Justiça de Pernambuco; Zélia Saraiva Lima, Procuradora-Geral de Justiça do Piauí; Ertulei
20 Laureano Matos, representando Marfan Martins Vieira, Procurador-Geral de Justiça do Rio de
21 Janeiro; Eduardo de Lima Veiga, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul; Vera Ferraz de
22 Arruda, representando Héverton Aguiar, Procurador-Geral de Justiça de Rondônia; Fábio Stica,
23 Procurador-Geral de Justiça de Roraima; Lio Marin, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina;
24 Arnaldo Hossepian, representando Márico Elias Rosa, Procurador-Geral de Justiça de São Paulo;
25 Orlando Rochadel Moreira, Procurador-Geral de Justiça de Sergipe; Vera Nilva Alvares Rocha,
26 Procuradora-Geral de Justiça de Tocantins; e Eduardo Antunes Parmeggiani, representando o
27 Procurador-Geral do Trabalho, Luís Antonio Camargo. **INFORMES INICIAIS:** Iniciando os trabalhos,
28 o anfitrião Dr. Orlando Rochadel saudou a todos os presentes, dizendo que fora designado pelo
29 Presidente do CNPG para presidir a reunião no turno da manhã em razão do atraso do voo do do
30 Dr. Oswaldo. Em seguida, o Dr. Rochadel saudou a todos os presente e solicitou a todos os
31 presentes que rezassem um Pai Nosso, como forma de agradecer a presença de todos e iluminar a
32 presença de Deus em cada um dos presentes. Em seguida apresentou os objetivos da Reunião:
33 Fortalecer a integração do CNPG com o Congresso Nacional; Fortalecer a integração do Ministério
34 Público Brasileiro; Discutir o Poder Investigatório do Ministério Público; fortalecer a integração do
35 CNPG com o MEC; Aprovar as Estratégias e Cronograma de Mobilizações na semana de votação
36 da PEC 37; Nos informes iniciais, falou que os objetivos da presente Reunião aprovar as estratégias
37 de mobilização nos estados contra a provação da PEC 37, discutir o poder investigatório do MP e
38 fortalecer a integração do MP brasileiro. Após, foi passado a palavra ao convidado Senador/SE
39 Eduardo Amorim que agradeceu o convite honroso para participar desta Reunião, afirmando que
40 era contra a PEC 37, mas pautando que era preciso existir uma maior proximidade do Ministério
41 Público com o Congresso Nacional, com o escopo de melhorar o Brasil. Também asseverou que o
42 mundo político não deve ser habitado por pessoas que não tem comprometimento com o povo e
43 com o país, enaltecendo que o MP vem contribuindo para que o Brasil chegue mais longe,
44 ressaltando que a Instituição deve lembrar que não deve abrir mão do diálogo, asseverando que
45 deseja ver mais vezes o MP no Congresso Nacional, dialogando com os políticos. Para o Senador, a

1 PEC 37 é um retrocesso, devendo o MP ficar atento pois existem outras propostas que podem vir
2 a prejudicar o Estado Democrático de Direito. Encerrou a sua fala afirmando que enquanto estiver
3 no Congresso, que as portas do seu gabinete sempre estarão abertas ao MP brasileiro,
4 agradecendo reiteradamente ao convite do CNPG. Em seguida o Presidente agradeceu a presença
5 do Senador e passou a palavra ao Colegiado. Dr. Francisco, PGJ/AM asseverou que concorda com
6 toda a exposição do Senador, afirmando que é necessária acabar com essas barreiras existentes
7 entre o MP e os políticos, precisando caminhar juntos o Congresso e o MP visando a luta pela
8 erradicação das desigualdades sociais. Dr. Rochadel asseverou da necessidade urgente de o CNPG
9 ter o seu espaço em Brasília para contato constante com o Congresso Nacional no sentido de cada
10 vez mais ter essa aproximação almejada com o Congresso Nacional. Dando continuidade a pauta
11 **(ITEM 03 – dia 22/06)**, Dr. Orlando Rochadel, PGJ/SP apresentou uma Recomendação na área
12 educacional para o MP brasileiro, o que passou a ler os pontos mais importantes do texto
13 consolidado, no total de Dez Recomendações. Após, iniciou-se a discussão da Recomendação pelo
14 Colegiado, primeiramente pelo item VI, sendo solicitado a mudança do texto. Dr. Lio, PGJ/SC
15 destacou a importância da criação de promotorias especializadas da educação com atribuições
16 próprias, propondo a manutenção do item referido, o que foi reiterado pelo Dr. Ertulei,
17 representante do PGJ/RJ. Dr. Orlando pediu ao Colegiado para formatar uma nova redação do
18 referido item a ser apresentada no início da tarde. Em seguida foi aberta a discussão acerca do
19 item Dez da Resolução, sendo proposto pelo Dr. Parmeggiani a inclusão da mediação pelo MP no
20 caso das discussões salariais de membros do magistério no item 10. Dr. Rochadel achou
21 interessante a manutenção do texto, afirmando que o MP deve intervir em situações
22 absolutamente excepcionais nesse caso, ficando genérico o item 10 da Recomendação. Dr. Veiga,
23 PGJ/RS, concordou com a ponderação do Relator, Dr. Orlando, em manter o texto referido. Após as
24 ponderações do Dr. Veiga, o referido item foi aprovado a unanimidade pelo Colegiado, sendo
25 solicitado pelo representante do MPT que conste em pauta a ressalva da mediação incluída no
26 item 10 e a colocação da atuação do MPT, o que foi aceito pelo Colegiado. Em relação ao item 6,
27 foi aprovada pelo Colegiado, a pedido do Dr. Jucá, PGJ/AL, o texto primitivo da recomendação.
28 Seguindo a pauta (Item 03 – dia 20/06) foi passada a palavra ao Dr. Marcelo Ferra, que falou ao
29 Colegiado do PL 135 que traz significativas alterações na lei de improbidade administrativa e
30 acrescenta um artigo na lei 8625 sobre punição de membros do MP. Falou que está discutindo
31 com o Senador Blairo Maggi, relator na CCJ, modificações no projeto primitivo, no sentido da
32 melhoria constitucional do texto, a exemplo da exclusão da alteração na lei 8625. Por fim,
33 asseverou a manutenção do contato direto com o Senador visando a consolidação de um texto
34 que traga melhorias na Lei de Improbidade Administrativa. Dr. Rochadel agradeceu a
35 apresentação do Dr. Marcelo Ferra, conclamando a todos os PGJs a vigiarem o andamento do
36 referido PL. Em seguida, Dr. Rochadel, o Colegiado aprovou as atas anteriores e declarou encerrada
37 os trabalhos da manhã e convidou a todos para o almoço. **TARDE DO DIA 20/07** – Iniciados os
38 trabalhos, Dr. Oswaldo, presidente do CNPG, disse ao colegiado que o seu atraso foi motivado
39 pelo cancelamento do voo de Recife a Aracaju, agradecendo a brilhante condução do Dr. Orlando
40 Rochadel no período da manhã, ressaltando a maravilhosa recepção do MP sergipano, dizendo da
41 importância do CNPG fazer-se presente nos estados visando o fortalecimento e integração do MP
42 brasileiro. Dr. Oswaldo, primeiramente, disse que ficou na responsabilidade de representar o
43 CNPG no grupo de trabalho da PEC 37, instituída pelo presidente da Câmara. Disse que a postura
44 dos deputados foi sempre pelo dissenso, haja vista que eles tem a aprovação da PEC 37 aprovada
45 na CCJ da Câmara federal. O Presidente também criticou a presença do Deputado Bernardo
46 Santana no grupo de trabalho, que a tudo era a favor das propostas apresentadas pelos
47 delegados, em detrimento as propostas do MP, terminando o grupo de trabalho sem nenhum
48 consenso, não podendo o MP concordar com as propostas apresentadas pelos delegados. Por fim,
49 distribuiu o PL da deputada Marina Santana acerca do poder investigatório do MP, dizendo que
50 existem outros projetos. Também registrou a presença importante dos presidentes das
51 associações e a CONAMP nessa luta contra a PEC 37. Solicitou a presença de todos os PGJs para
52 estarem no Congresso Nacional na próxima semana para participarem do evento no MPDFT, dias

1 25 e 26 de junho (Recursos e Poder Investigatório do MP) e da votação da PEC 37, caso ocorra no
2 dia 26 de junho, reiterando o regime de plantão no MPDFT, como ponto de encontro em Brasília
3 desde o dia 28 até o dia 26/06. O Presidente também indicou o Dr. Lauro Machado, PGJ/GO, para
4 substituir Dr. Manoel Onofre no Grupo da PEC 37 junto com a CONAMP, o que foi aprovado pelo
5 Colegiado. Também ressaltou o excelente trabalho que vem sendo realizado pelo PGJ/SP, Dr.
6 Márcio Rosa, na condução com os deputados do seu estado pela rejeição da PEC 37. Ainda,
7 reiterou a presença de todos na semana vindoura em Brasília para o evento no MPDFT a votação
8 da PEC 37. **Em seguida foi dada a palavra a Dra. Patrícia, PGJ/AC**, que pediu ao Colegiado apoio
9 em razão do ferimento de prerrogativas do MP durante o procedimento investigatório a partir da
10 chamada **operação G7 da Polícia Federal**, no tocante a não ciência dos pedidos de prisões
11 deferidas pela Justiça, também das interceptações telefônicas dentre outros abusos a atropelos.
12 Disse que apresentou uma Reclamação ao CNMP pela Preservação da Autonomia do MP, **pedindo**
13 **ao Colegiado para ingressar no CNMP como amicus curiae**, o que de pronto foi **aprovado pelo**
14 **Colegiado**, determinando o Presidente a remessa de toda a documentação trazida pela PGJ do
15 Acre para Dra. Eunice, para a condução desse pleito pela Comissão de Acompanhamento dos
16 Tribunais Superiores. Em seguida, o presidente encerrou a Reunião em razão da ida ao encontro
17 dos PGJs com o Governador, ressaltando que na manhã seguinte, dia 21/06, a reunião será
18 iniciada a partir das 9h. Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a sessão, sendo por
19 mim, Eduardo Ribeiro Cabral, assessor do CNPG, lavrado a presente ata, sendo assinada pelo
20 Presidente do CNPG.

21
22
23
24
25
26

Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Presidente do CNPG